

Vaca louca nos EUA: vantagens para o Brasil?

O surgimento de um caso da doença da vaca louca nos Estados Unidos, em dezembro último, provocou a imediata suspensão das importações de carne bovina norte-americana pela quase totalidade dos mercados compradores. Com isso, teoricamente

abre-se para os demais países exportadores – Argentina, Austrália, Brasil, Nova Zelândia e Uruguai – um mercado de aproximadamente um milhão de toneladas/ano. A carne bovina brasileira, no entanto, sofre discriminação em razão da aftosa e sua qualidade é

tida como inferior à exportada pelos EUA. Além disso, o rebanho brasileiro parece estar no limite da demanda e, a exemplo de ocasiões anteriores, há o risco de o caso da vaca louca norte-americana provocar retração do consumo. (Págs. 2, 4 e 5)



Exportações de carne bovina cresceram 30% em 2003

Apesar de ainda haver números desencontrados, as exportações de carne bovina brasileira cresceram em 2003, mas ficaram abaixo das expectativas. Com isso, o Brasil ainda não tem assegurada a condição de maior exportador mundial; os números das exportações dos EUA e da Austrália serão divulgados somente neste mês. (Pág. 3)

Associados no Tribunal de Impostos e taxas

Cinco associados da ABC, indicados pela diretoria, foram nomeados para integrar o Tribunal de Impostos e Taxas (TIT), órgão vinculado à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Carlos Eduardo Duprat, João Cárceles, José Eduardo Monteiro de Barros, Nelson Paschoal Biazzi e Virgílio de Natal Rosi assumiram em janeiro o cargo de “juízes contribuintes” para um mandato de dois anos. O TIT tem por competência o exame das questões existentes entre o fisco e o contribuinte. O órgão é composto por juízes representantes da Fazenda estadual, escolhidos dos quadros de agentes fiscais de rendas e de procuradores do Estado, e juízes representantes do contribuinte, escolhidos dentre os indicados por entidades de classe.

Câmaras paulistas têm novos presidentes

As câmaras setoriais da carne bovina e do leite e derivados, vinculadas à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, estão com novos presidentes. O consultor Antonio José Xavier assumiu a Câmara Setorial do Leite e Derivados, em substituição a Daniel Figueiredo de Felipe. Para a Câmara Setorial da Carne Bovina, o eleito foi Cesário Ramalho da Silva, vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira e membro suplente do Conselho Deliberativo da ABC. Ele entrou no lugar de Manuel Henrique Farias Ramos. As eleições foram em dezembro e o mandato é de um ano, com a possibilidade de uma recondução. A Associação Brasileira de Criadores tem assento nos dois colegiados.



Associação Brasileira de Criadores

Av. José César de Oliveira, 181
11º andar - Vila Leopoldina
CEP 05317-000 - São Paulo-SP
Fone: (11) 3832.9369
Fax: (11) 3831.2731
E-mail: abc@abccriadores.com.br
www.abccriadores.com.br

Diretoria

Presidente: Luis Alberto Moreira Ferreira
Vice-Presidentes: Rubens Malta de Souza Campos Filho, Ney Soares Piegas, Luiz Rondon Teixeira de Magalhães, Isabel Sampaio Moreira Piegas, Eduardo Dias Roxo Nobre
Secretários: Jair Martineli, Eugênio Salgueiro Gomes
Tesoureiros: Rubens Malta de Souza Campos Filho, Ney Soares Piegas

Conselho Deliberativo

Presidente: José Cassiano Gomes dos Reis Júnior
Vice-presidente: Carlos Eduardo Duprat
Conselheiros Natos: Manoel Elpidio Pereira de Queiroz Filho, Guilherme Monteiro Junqueira, José Cassiano Gomes dos Reis Júnior
Conselheiros Efetivos: Nelson Luiz Baeta Neves, Luis Alberto Moreira Ferreira, Rubens Malta de Souza Campos Filho, Eduardo Dias Roxo Nobre, Isabel Sampaio Moreira Piegas, Sílvia Maria Crespi, Carlos Eduardo Duprat, Edgardo Héctor Pérez, Jair Martinelli, Virgílio de Almeida Pena
Conselheiros Suplentes: Ney Soares Piegas, José Callil, Henrique de Souza Dias, Cesário Ramalho da Silva, Lincoln dos Santos Correia, Luiz Rondon Teixeira de Magalhães, Eugênio Salgueiro Gomes, José Amauri Dimarzio, Antonio João de Camargo Júnior, Milton Saad, José Matheus Granado

Conselho Fiscal

Efetivos: Edgardo Héctor Pérez, Licínio dos Santos Silva Filho
Suplentes: Maria Eugênia da Silva Telles, Milton Saad, Theodoro Quartim Barbosa Netto

Associação Brasileira de Criadores (ex-Associação Paulista dos Criadores de Bovínos), reconhecida como utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 33.811, de 20 de outubro de 1958. Registrada no Ministério da Agricultura sob nº35, como jurisdição nacional.

EDITORIAL

Hora de redobrar a atenção

Luis Alberto Moreira Ferreira

Presidente da Diretoria Executiva

O aparecimento de um caso da doença da vaca louca nos Estados Unidos, ao apagar das luzes de 2003, fez soprar ventos de euforia em direção ao Brasil. Com o natural embargo à carne norte-americana pelos países importadores, sobriariam mercados para o País aumentar ainda mais suas vendas externas e, com isso, consolidar sua posição de maior exportador mundial.

Apesar de essa expectativa, se consolidada, ser muito bem-vinda, cremos que a possibilidade do aumento de mercados para a carne brasileira não seja o principal aspecto a ser enfatizado neste momento. O mercado, como sabemos, e é mostrado em reportagens nas páginas 4 e 5 desta edição do *Jornal dos Criadores*, anda ao sabor de uma série de variáveis, muitas delas imprevisíveis.

O que, ao nosso ver, deve merecer especial atenção das autoridades e dos pecuaristas é o que o Brasil precisa fazer agora para melhorar seu sistema de defesa da saúde animal, tanto para efetivamente afastar qualquer possibilidade do aparecimento de doenças como para ter reconhecido mundialmente seu status de abri-

gar um rebanho saudável e, portanto, sem riscos para a segurança alimentar de qualquer mercado consumidor, inclusive o interno. Nesse aspecto, vale lembrar que ainda convivemos com o problema da aftosa, cuja necessidade de vacinação é motivo para restrições à carne brasileira, como justifica o Japão para não importar nosso produto.

Diante disso, nos parece acertada a postura que vem adotando o ministro Roberto Rodrigues acerca das conseqüências para o Brasil do caso norte-americano da vaca louca. Buscar novos mercados ou ampliar os atuais, sim. Mas, acima de tudo, melhorar o sistema interno de defesa da saúde animal. Urge, portanto, que o ministro Palocci libere as verbas solicitadas pelo Ministério da Agricultura e que este, como planeja Roberto Rodrigues, possa contratar em caráter de urgência os agentes que precisamos para a vigilância sanitária.

E não podemos deixar de frisar que nós, pecuaristas, temos a nossa parte para fazer. Afinal, a saúde do rebanho brasileiro está, em última instância, em nossas mãos.

Atividades da Diretoria

09/01/2004 – Entrevista de Luis Alberto Moreira Ferreira ao repórter Walter Puga, do Canal do Boi, sobre diversos assuntos.

09/01/2004 – Entrevista concedida pelo presidente da ABC à repórter Andréa Kurachi, da TV Cultura, sobre rastreabilidade.

14/01/2004 – Reunião da ACERTA, Associação das Empresas Certificadoras, na sede do Canal Rural, em São Paulo. Representando a ABC/Tecnagro, Ângelo Stefani Júnior, assessor da diretoria.

16/01/2004 – Sessão Solene de Colação de Grau da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, em Piracicaba. Representando a ABC, Luis Alberto Moreira Ferreira.

acadêmica

O Jornal dos Criadores é editado pela Acadêmica Agência de Comunicação.
Rua Eng. José Sá Rocha, 61
São Paulo - SP

Edição: José Roberto Ferreira
Projeto Gráfico: A. C. Prado

Anuncie no Jornal dos Criadores
Fone: (11) 3832-9369

Exportações de carne bovina cresceram 30% em 2003

O Brasil, segundo dados ainda extra-oficiais, fechou o ano passado com 1,207 milhão de toneladas em equivalente carcaça exportadas, o que gerou US\$ 1,492 bilhão em divisas. Em relação a 2002, quando o País exportou um milhão de toneladas, com faturamento de US\$ 1,107 bilhão, houve um crescimento de 20% no volume de carne exportada e de 30% na entrada de divisas. Mas a confirmação de que o País tenha se tornado efetivamente o principal exportador de carne do mundo só poderá ocorrer no início deste mês, quando os números dos Estados Unidos e Austrália forem divulgados.

Em outubro do ano passado, a expectativa era de que o Brasil terminasse 2003 com 1,4 milhão de toneladas exportadas. A Austrália deveria figurar em segundo lugar, com cerca de 1,25 milhão de toneladas, enquanto os Estados Unidos, em terceiro, em

torno de 1,192 milhão de toneladas. As projeções otimistas foram baseadas na elevação das exportações brasileiras e na queda dos negócios dos EUA e da Austrália.

Desde setembro, o Brasil bateu recordes sucessivos nas exportações. Naquele mês, foram exportadas 100,9 mil toneladas de carne in natura e industrializada. Em outubro, 119,1 mil toneladas; em novembro, 107,8 mil toneladas; e em dezembro, 109,6 mil toneladas. A carne in natura foi responsável pelo salto nas exportações. Só no acumulado de janeiro a novembro, esse segmento somou US\$ 1,35 bilhão, o que representou um aumento no faturamento de 39% em relação ao montante exportado em igual período do ano de 2002.

O aumento das exportações deve-se em boa parte à mudança que ocorreu na divisão do mercado mundial. Estu-

do feito recentemente pela Organização das Nações Unidas (ONU) mostra que o Brasil saiu fortalecido dos problemas sanitários que prejudicaram vários países nos últimos dois anos, apesar dos casos de febre aftosa que afetaram o sul do País. Segundo a ONU, o Brasil teve 20 fazendas em que ocorreu a doença, enquanto seu maior concorrente na América Latina, a Argentina, registrou a febre aftosa em 6 mil propriedades. Além de ocupar os mercados que a Argentina perdeu, o Brasil também se beneficiou com o aumento de consumo mundial de carne, impulsionado principalmente pela demanda da Ásia e da Rússia. Os EUA, além do aumento do consumo interno, tiveram sua produção diminuída com as secas que afetaram as regiões que concentram a atividade pecuária. A Austrália, por sua vez, enfrentou a pior seca dos últimos dez anos, que começou em 1999 e só acabou no início de 2003.

Preço sobe 43% no ano, mas não é repassado ao pecuarista

Entre janeiro e novembro de 2003, o preço médio da carne bovina brasileira in natura subiu 43% no mercado internacional. No início do ano, o valor pago por tonelada de carne bovina remetida ao exterior era de US\$ 1.543, chegando a US\$ 2.206 em novembro. Entretanto, os pecuaristas não foram beneficiados com esse aumento de preço. “Os criadores enfrentam dificuldades para

administrar os aumentos dos custos de produção, bem superiores aos reajustes praticados pelos frigoríficos na compra do boi gordo no período”, afirmou o presidente do Fórum Nacional Permanente de Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Antenor Nogueira. Para o presidente da ABC, Luis Alberto Moreira Ferreira, a “relação de força entre os pecuaristas e os frigoríficos” precisa mudar. “Não é razoável que os aumentos ocorridos no mercado internacional da carne não sejam repassados para o pecuarista, principalmente com a constatação de que os custos de produção estão em crescente elevação”, afirmou. “Talvez seja hora de o assunto ser discutido na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne Bovina, contando inclusive com a participação firme do Governo Federal”.

Estudo da CNA e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP) mostra que, entre março e novembro de 2003, o preço pago pelo boi subiu apenas 1,85%, enquanto os custos operacionais totais aumentaram 6,5%. Em igual período, o Índice Geral

de Preços de Mercado (IGP-M) variou 3,22%. Os custos de produção subiram mais que a inflação, mas o valor recebido pelo produtor não acompanhou a oscilação dos preços médios de mercado. A pior situação foi registrada no Mato Grosso do Sul, onde o preço médio pago pelo boi caiu 0,17% entre março e novembro, enquanto os custos de produção subiram 8,29%.



Antenor Nogueira: criadores têm dificuldades para repassar aumento de custos.



Luis Alberto: é necessário mudar a relação de força entre os pecuaristas e os frigoríficos.

Vaca louca nos EUA abre potencial para o Brasil

A suspensão das importações de carne bovina dos Estados Unidos por parte de 36 países, devido ao aparecimento, no final do ano passado, da doença da vaca louca em território norte-americano, transformou-se em uma oportunidade para o Brasil conquistar novos mercados e se consolidar como o maior exportador de carne do mundo. Os especialistas do setor prevêem que as exportações possam crescer de 15% a 25%, mas

essas projeções ainda dependerão de vários fatores. As perspectivas, no entanto, são favoráveis.

Com o embargo à carne norte-americana, 90% das 1,2 milhões de toneladas exportadas anualmente pelos EUA foram suspensas. Só o mercado asiático deixará de importar cerca de 450 mil toneladas, segundo estimativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil. O governo japonês – principal importador dos EUA – deverá manter o embargo até que os EUA tenham um controle mais rígido do seu rebanho. O Japão também está disposto a rever sua posição de não importar carne in natura do Brasil por causa da febre aftosa, sinalizando que está à procura de outros fornecedores. “O governo japonês manteve contatos com nossa embaixada para tratar

do assunto”, afirmou o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues.

Ofensiva para ganhar mercado

Disposta a abocanhar uma fatia do mercado deixado pelos EUA, uma missão, chefiada pelo secretário de Defesa Agropecuária do ministério, Maçao Tadano, estava prevista para visitar o Japão, Coreia do Sul e Taiwan no final do mês passado a fim de retomar as negociações. O mercado asiático não compra carne bovina do Brasil porque não aceita o sistema de erradicação da febre aftosa por regiões, como é feito no país, embora esse modelo seja reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal.

O Brasil não registra casos de febre aftosa há 28 meses, mas ainda vacina seu rebanho para evitar que a doença seja transmitida de países vizinhos que enfrentam o problema. Tanto é que como medida preventiva o governo brasileiro já doou 1,5 milhão de doses para Paraguai e Bolívia. “Este é o momento para o Brasil provar que a vacinação



Criação do boi a pasto é a principal vantagem da pecuária brasileira no mercado internacional da carne.

Investimento em defesa sanitária é prioritário

O êxito dos acordos comerciais dependerá, e muito, dos investimentos que o governo brasileiro fizer no sistema de defesa sanitária. O ministro Roberto Rodrigues alertou que o Brasil está atendendo no limite às exigências mundiais de controle sanitário. “O preço da competitividade é a eterna vigilância”, ressaltou ele. Rodrigues espera que a área econômica do governo libere mais R\$ 60 milhões, além dos R\$ 68 milhões já previstos no Orçamento de 2004, para desenvolver ações de prevenção à febre aftosa, entre outras doenças. Segundo o ministro, o orçamento atual representa cerca de 70% da média da pasta nos últimos oito anos. Rodrigues também quer autorização para contratar, em caráter emergencial, 500 agentes de

defesa sanitária.

A melhoria no sistema de defesa sanitária também é vital para o Brasil manter a classificação de risco 1 (risco quase inexistente) no caso da vaca louca. Esta classificação é atribuída pela Comissão Européia e serve de parâmetro sanitário para as empresas importadoras de carne bovina. O boi verde, como é chamado o gado brasileiro, por ser criado a pasto e sem ração com proteína animal, é um trunfo que o Brasil tem nas negociações internacionais.

A vaca louca, ou EEB (encefalopatia espongiforme bovina), ao que tudo indica é transmitida com a ingestão de farinha de carne e de osso contaminada. O ciclo da doença ocorre com o abate de um animal contaminado, que é transformado

em farinha e depois em alimento para outro bovino. A doença é fatal e de difícil diagnóstico. No ser humano, a ingestão de carne contaminada causaria uma variante da doença que já matou cerca de 135 pessoas no mundo.

O Brasil se defende da EEB com a proibição da farinha de proteína animal para ruminantes, exames em animais suspeitos, rastreamento dos animais importados de países onde ocorreram surtos e normas de procedimentos para frigoríficos, entre outras medidas. O problema é que a fiscalização de toda esta cadeia é precária, uma vez que não há agentes em número suficiente. De qualquer forma, o País está com uma vantagem neste novo episódio da EEB. Segundo o Departamento de Defesa Animal, o MAPA se antecipou e já

do nosso rebanho é feita para evitar a contaminação dos países vizinhos, que não vacinam seu gado”, afirma o coordenador da Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo, Heinz Otto Hellwig.

Segundo Jorge Caetano Júnior, assessor do Departamento de Defesa Animal do MAPA, os acordos sanitários podem ser rápidos, levar meses para ser concretizados ou nunca sair da proposta. “Tudo depende do interesse político e das exigências do país comprador”, diz ele. A União Européia, por exemplo, que é o maior importador de carne bovina brasileira, exige certificado de origem dos animais abatidos com 40 dias de antecedência e processos de abate, como a maturação e a desossa, que eliminam o vírus da febre aftosa.

Além do mercado asiático, o MAPA também está negociando com a Rússia a revisão de cotas de importação da carne brasileira. Dando prosseguimento ao processo que visa autorizar o Brasil a exportar carne in natura para os EUA, uma missão técnica norte-americana também visitará os frigoríficos brasileiros em fevereiro. O ministro Roberto Rodrigues acredita que as negociações com os EUA estejam concluídas até o final deste semestre.

Na opinião de alguns especialistas, a possibilidade de os Estados Unidos virarem o jogo tão cedo é remota. “Os EUA devem ficar fora do mercado por alguns meses, até que consigam eliminar a doença, mas o abalo à credibilidade pode levar anos para ser recuperado”, avalia José Vicente Ferraz, da FNP Consultoria. Ele lembra que a Europa, que detinha a maior fatia do mercado árabe, acabou ficando com apenas 5% após o surto da vaca louca. Em maio de 2003, quando houve um caso no Canadá, vários países se fecharam às exportações do país. Para o americano John Stauber, autor do livro *Vacas Loucas nos EUA*, este primeiro caso é apenas a ponta do iceberg. Segundo ele, se não foram detectados mais casos é justamente porque poucas cabeças de gado são submetidas a análise.

Os especialistas europeus, que têm uma longa experiência no controle do mal da vaca louca, sempre colocaram em dúvida a suposta imunidade dos EUA. É que os norte-americanos proibiram tardiamente – somente em 1997 – a importação e o uso de farinha de carne e de osso produzida em países atingidos pela doença. Além disso, enquanto na França e na Inglaterra eram feitas inspeções sistemáticas nos bovinos conduzidos ao abate, nos EUA só eram examinados os animais que apresentassem sintomas.

Disputa pelo mercado

Na medida em que os EUA ficarão fora do mercado temporariamente, Austrália, Brasil, Nova Zelândia, Uruguai e Argentina são os candidatos aptos a disputar o espaço deixado pelos norte-americanos. A FNP Consultoria estima que a Nova Zelândia e o Uruguai possam, cada um, aumentar a produção em 100 mil toneladas. A Argentina, com esforço, 200 mil toneladas. Já a Austrália, que está em fase de recomposição do seu rebanho por causa da seca que atingiram o país nos últimos dez anos, está com sua capacidade de produção reduzida. “A Austrália deve privilegiar o Japão, país que paga os preços mais altos do mercado internacional, mas não conseguirá atender toda a demanda dos japoneses sem deixar de suprir seus clientes atuais”, prevê José Vicente Ferraz, da FNP Consultoria. Neste caso, o Brasil, de uma

forma ou de outra, vai acabar levando uma fatia do mercado.

Embora a capacidade produtiva do Brasil também seja limitada, se os preços aumentarem no mercado internacional isso acabará se refletindo no mercado interno, causando uma queda de consumo por parte dos brasileiros e, conseqüentemente, sobrando carne para exportar. A limitação da capacidade produtiva brasileira foi apontada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, em dezembro passado. A CNA identificou o crescimento do abate de matrizes, o que pode comprometer a expansão das vendas externas.

Retração de consumo

Há o risco, no entanto, de o caso da vaca louca registrado nos EUA provocar retração no consumo. Na Alemanha, por exemplo, quando houve o surto da doença na Europa, o consumo de carne caiu 80%. “Se os americanos entrarem em pânico, pode sobrar carne no mercado interno e diante deste contexto os EUA não precisarão importar”, afirma Ferraz. É uma conta simples: os americanos importavam 1,5 e exportavam 1,2 milhão de toneladas de carne. Caso deixem de importar, a oferta e a demanda do mercado mundial praticamente se equilibra.

Se houver retração do consumo, os preços também poderão cair no mercado internacional. Fábio Silveira, da F. Silveira Consultoria, lembra que os preços internacionais vinham se recuperando desde 2001, após a crise da vaca louca na Europa e da epidemia de febre aftosa na Argentina. Caso haja queda, o aumento do volume das exportações não implicará em mais dinheiro no bolso dos criadores.

A reação dos Estados Unidos no controle sanitário também é um fator que tem de ser levado em conta. Os americanos deverão adotar medidas mais rígidas. Mas não será fácil convencer o mercado internacional. O Canadá, por exemplo, até hoje sofre o embargo do Japão, desde que um caso de EEB foi constatado no país em maio de 2003.

rastreou 60% dos 1.444 bovinos importados dos EUA desde 1996. A medida foi tomada no ano passado, quando a EEB foi registrada no Canadá.



Roberto Rodrigues:
“O preço da competitividade é a eterna vigilância”

Ministério propõe sistema de classificação de carcaça

Sexo, maturidade, peso e acabamento de carcaça. Essas serão as “características indicativas de qualidade” da carne bovina propostas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para instituir no país o Sistema de Classificação de Bovinos. Objeto de Portaria publicada em dezembro, o projeto encontra-se em consulta pública, com prazo até 22 de março para receber sugestões de qualquer interessado (*).

A proposta do MAPA torna a classificação de bovinos obrigatória em todo o território nacional nos estabelecimentos sob Serviço de Inspeção Federal. A aferição da qualidade dos animais e das respectivas carcaças será feita durante o processo de abate, sob a responsabilidade de classificadores credenciados pelo Ministério e remunerados pelo setor privado (*veja texto abaixo*). As peças destinadas a processos industriais (meias-carcaças, quartos e grandes

peças) deverão ter um carimbo com os dados sobre o sexo e a maturidade do animal e sobre o peso e o acabamento da respectiva carcaça. Essas mesmas informações, no caso dos cortes sem osso, deverão constar em uma etiqueta que acompanhará a embalagem do produto até o consumidor final.

Para identificação do sexo do animal, o projeto de classificação do MAPA prevê quatro categorias: macho inteiro (M), macho castrado (C), novilha (F) e vaca de descarte (FV).

A maturidade será verificada pelo exame dos dentes incisivos:

- Animais com apenas a primeira denteição, sem queda das pinças (d);
- Com até dois dentes definitivos, sem queda dos primeiros médios da primeira denteição (2d);
- Com até quatro dentes definitivos, sem queda dos segundos médios da primeira denteição (4d);
- Com até seis dentes definitivos, sem queda dos cantos da primeira denteição (6d);
- Com mais de 6 dentes definitivos (8d).

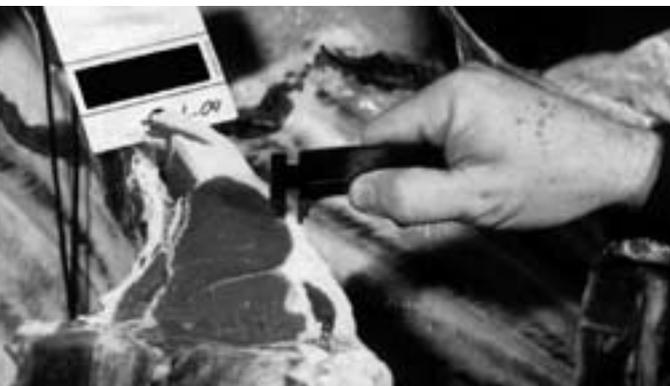
O peso será observado com a carcaça “quente”. Já o acabamento da carcaça será verificado “mediante observação

da distribuição e quantidade de gordura de cobertura” na 6ª, 9ª e 12ª costelas, partes dorsal e ventral do músculo grande dorsal e músculo serrátil dorsal caudal, na região lombar e no coxão. As categorias previstas são as seguintes:

- Magra (1): gordura ausente;
- Gordura escassa (2): 1 a 3 mm de espessura;
- Gordura mediana (3): acima de 3 e até 6 mm de espessura;
- Gordura uniforme (4): acima de 6 e até 10 mm de espessura;
- Gordura excessiva (5): acima de 10 mm de espessura.

Com base nas informações colhidas no abate, o classificador emitirá um laudo detalhando o resultado da avaliação da carcaça de cada animal. Receberão cópias do laudo o frigorífico, o fornecedor dos animais e o encarregado do SIF. O classificador encaminhará ao MAPA, mensalmente, relatório resumindo os resultados das classificações realizadas no período.

(*) As sugestões referentes a consulta pública devem ser encaminhadas por escrito, até o dia 22 de março ao seguinte endereço: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Secretaria de Defesa Agropecuária / Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal / Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo “A”, sala 452, CEP: 70.043-900, Brasília/DF - Fax.: (0xx61) 218-2672 - Endereço eletrônico: dnt@agricultura.gov.br e dipoa@agricultura.gov.br. A íntegra do projeto está no site do Ministério: www.agricultura.gov.br



Espessura da gordura será um dos itens para classificação das carcaças.

Classificadores terão registro

O funcionamento do Sistema de Classificação de Bovinos prevê a criação do Registro Oficial de Classificadores (ROC), no qual poderão se inscrever médicos veterinários e zootecnistas. O ROC definirá os princípios do Sistema e publicará regularmente os resultados de sua aplicação.

As atividades do ROC serão coordenadas por um Comitê Gestor, composto por seis membros indicados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Confe-

deração Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, Embrapa e universidades. A presidência do Comitê ficará a cargo do titular do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA).

Os profissionais habilitados a fazer a classificação só poderão exercer a atividade após obtenção do registro no ROC. Além disso, deverão ter sido aprovados em curso de capacitação específico, ministrado por instituição credenciada pelo MAPA.



SIA- Salão Internacional de Agricultura

28/fevereiro a 07/março de 2004
Paris – França

O SIA reunirá os expoentes das principais raças bovinas, representadas por cerca de 700 animais (Limousin, Charolês, Normando, Simental,

Holandesa, Pardo-Suíço, Jersey entre outros); campeões eqüinos, suínos, ovinos, caprinos e aves em geral; as delícias do mundo agroalimentar e a agricultura biológica; caça, pesca e jardinagem; Turismo Rural, além de palestras e conferências.

Tudo isso numa área de 135.000 m², onde foram recebidos em 2003 mais de 655.000 visitantes e 1.134 expositores.

O SIA ocorrerá no **Paris Expo Porte de Versailles**.

A **ABC – Associação Brasileira de Criadores** está colocando à disposição de todos o pacote de viagem a Paris, para participação nessa importante feira:

Datas do programa: Saída: 27/02 Retorno: 05/03 - 6 noites

PREÇOS: (por pessoa, parte aérea + terrestre)

	Hotel Meridien Montparnasse	Hotel Holiday Inn St Germain
Em apto duplo	US\$ 2.055,00	US\$ 1.750,00
Em apto individual	US\$ 3.000,00	US\$ 2.430,00

Obs: Tarifas sujeitas a reservas

O que inclui:

- Passagem aérea pela Air France no trecho São Paulo/Paris/ São Paulo, em classe econômica + taxa de embarque.
- 06 noites em Paris no Hotel Meridien Montparnasse (****) ou Holiday Inn St. Germain (***) (ou categorias similares), com taxas inclusas com café.

Reservas e condições de pagamento:

Reservas sujeitas a confirmação. Consulte condições de pagamento.

INFORMAÇÕES E RESERVAS



Tec Tour Viagens e Turismo Ltda

Av. José César de Oliveira, 181 – cj 304
Fone:11 - 3641 5566 Fax:11 - 3831 8002
E mail: abtr@abtr.com.br



ABC – Associação Brasileira de Criadores

Av José César de Oliveira, 181 – 11º and
Fone: (11) 3832 9369 Fax: (11) 3831 2731
E mail: abc@abccriadores.com.br

Agronegócio garantiu superávit da balança comercial em 2003

O agronegócio brasileiro bateu mais um recorde histórico em 2003. As exportações do setor somaram US\$ 30,639 bilhões no ano passado, segundo dados consolidados pela Secretaria de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O total supera em US\$ 5,8 bilhões (ou 23,3%) as vendas externas de US\$ 24,839 bilhões do setor em 2002. Com isso, a participação das exportações do agronegócio no total dos embarques brasileiros aumentou de 41,1% para 41,9% em 2003. As importações cresceram 6,6%, para US\$ 4,791 bilhões.

O saldo da balança comercial do agronegócio também bateu outro recorde, alcançando um superávit de US\$ 25,848 bilhões – 27% acima do saldo de US\$ 20,347 bilhões registrado em 2002. O resultado coloca o agronegócio como responsável pela totalidade do superávit global de US\$ 24,824 bilhões da balança comercial do país, já que os demais setores apresentaram um déficit de US\$ 1 bilhão no período. Para 2004, se mantidas as atuais condições internas e externas, o governo brasileiro estima um superávit entre US\$ 27 bilhões e US\$ 28 bilhões.

Soja lidera

O desempenho positivo das exportações em 2003 deveu-se ao crescimento das vendas de todos os grupos de produtos, à melhora dos preços internacionais das principais commodities e à abertura de novos mercados. As exportações do complexo soja cresceram 35,2%, de US\$ 6,008 bilhões para US\$ 8,125 bilhões, resultado do aumento das vendas de soja em grãos (41,5%), farelo (18,3%) e óleo em bruto (54,3%). Além do aumento do volume exportado em razão da safra recorde de 52 milhões de toneladas, a elevação dos preços internacionais também contribuiu para ao crescimento das receitas de exportações do setor.

PRODUÇÃO INTENSIVA

Dia 2 de março, em São Carlos, SP, a Embrapa Pecuária Sudeste vai promover um dia-de-campo na Fazenda Canchim para apresentar o sistema de produção intensiva de corte e leite, baseado no uso do pastejo rotacionado. (16) 261-5611

AGRITEC

3 a 7 de março, em Verona, Itália. A Câmara de Comércio Italiana, de Minas Gerais, está oferecendo subsídios às empresas interessadas em expor seus produtos na Fieragricola – Agritec 2004, uma das maiores feiras agroalimentares e de especialidades regionais da Europa. Estarão em evidência produtos biológicos (sêmen, adubos, tratamentos e conservação), hortifrutigranjeiros, carne e laticínios. www.fieragricola.com (31) 3287-2212 e 3287-2211

ENIPEC

Encontro Internacional dos Negócios da Pecuária, promovido pela Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso, de 9 a 12 de março, no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá. Na programação, Congresso, Feira de insumos, equipamentos e tecnologia, Clínica tecnológica e visitas técnicas em campo. É uma novidade, o Açougue do Século XXI – projeto especial com o objetivo de demonstrar

os cuidados necessários na conservação e comercialização dos produtos. www.enipec.com.br (65) 617-445 e 613-1086

GIROLEITE

2º Leilão Giroleite, promovido pela Associação Brasileira de Criadores de Girolando, dia 14 de março, às 20 horas, na Leilopec, em Uberaba, MG. Serão ofertados 70 lotes, entre vacas em lactação, novilhas, bezerras e reprodutores. www.girolando.com.br (34) 3336-3111

EXPODIRETO COTRIJAL

15 a 19 de março, em Não-Me-Toque, RS. Cada vez mais diversificada, a Expodireto Cotrijal ampliou o setor de bovinocultura leiteira e suinocultura. Além de expositores de máquinas e implementos, a feira terá representantes de empresas de sementes, agroquímicos, fertilizantes, universidades e instituições de pesquisa. www.expodiretocotrijal.com.br (54) 332-3636.

BOI VERDE

25 a 27 de março, em Bagé, RS. O Sindicato Rural de Bagé irá promover o 2º Seminário do Boi Verde do Cone Sul com o objetivo de promover a difusão, discussão e aplicação de tecnologia de produção de carne bovina de qualidade, de acordo com os padrões exigidos

pelo mercado interno e externo. Palestras, visitas técnicas e o Concurso Estadual de Carcaças farão parte da programação. www.ruralbage.com.br (53) 242-5262

EXPO LONDRINA

7 a 18 de abril, em Londrina, PR. Como nas edições anteriores, a Sociedade Rural do Paraná, promotora do evento, irá estabelecer parcerias com instituições financeiras para estimular os negócios na feira. Os visitantes irão dispor de linhas especiais de crédito para financiar a compra de animais, máquinas, implementos agrícolas e insumos. www.ruralbage.com.br (43) 3338-5080

AGRISHOW CERRADO

13 a 17 de abril, em Rondonópolis, MT. Feira de negócios com máquinas, equipamentos e serviços voltados ao agronegócio. Dinâmica de máquinas com demonstrações diárias em área de 70 hectares plantadas com soja, milho, arroz, algodão e girassol. Painéis de debate com temas sobre logística de transporte, política agrícola e inovações tecnológicas. A edição de 2003 movimentou R\$ 650 milhões. A comercialização dos espaços será centralizada em São Paulo, na sede da Abimaq. www.agrishow.com.br (66) 423-2041

Jornal dos CRIADORES

Av. José César de Oliveira, 181 - 11º andar
Vila Leopoldina - CEP 05317-000 - São Paulo-SP
Fone: (11) 3832.9369
Fax: (11) 3831.2731
e-mail: abc@abccriadores.com.br
www.abccriadores.com.br

IMPRESSO